

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**1. DO OBJETO**

1.1 Aquisição de **EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA**, cadastrado no **PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)** - Por meio do **FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE**, através dos **TERMS DE COMPROMISSO: PAR Nº 201801456-5 - PROCESSO Nº 23400.001141/2018-70 e PAR Nº 201801420-5 - PROCESSO Nº 23400.000007/2018-51**, para equipar as Unidades Escolares na Rede Municipal de Ensino, e na Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica do Município de Nova Friburgo.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Educação
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, Decreto Federal nº: 10.024/2019 - Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 599 de 03 de junho de 2020.
1.4	Prazo:	Imediato
1.4	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93;

2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o quantitativo para aquisição do mesmo:

2.1.1 A saber, todas as especificações técnicas e configurações constantes no presente Termos de Referência são mínimas, podendo a empresa oferecer equipamentos superiores na vigência do contrato.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
COTA RESERVADA			
01	<i>CATMAT 483766</i> COMPUTADOR (DESKTOP - BÁSICO) CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS CONFORME ANEXO DO DIRT - FNDE PROCESSADOR Frequência: 2.90 GHz (Max Turbo 4.30 GHz), 64 Bits, Cache: 12MB; Velocidade do barramento: 8 GT/, TDP: 65W. Deve atingir o índice de, no mínimo, 12000 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php ; PLACA MÃE: compatível com o processador, Padrão: ATX ou Micro ATX, Saída Gráfica: VGA (D-Sub) e HDMI, Memória: 2 DIMMs, DDR4 2666/2400/2133MHz, Suporta até 32 GB de memória, Áudio com 8 canais. Rede: 1 porta RJ-45 Gibagit. Slot: 1 PCI Express 3.0/2.0 x16; 2 PCI	UN	12



	<p>Express 3.0/2.0 x1.</p> <p>INTERFACE DE ARMAZENAMENTO: 1 conector M.2, 4 conectores SATA 6Gb/s. Portas USB: 2 portas USB 3.2, 4 portas USB 20/1.1; 1 conector PS/2.</p> <p>MEMÓRIA: 1 pente de memória, Capacidade e: 8GB, Tecnologia DDR4, Velocidade de Frequência: 2666MHz. Dissipador de calor.</p> <p>MONITOR LED Full HD (1920x1080 60Hz) 18,5 polegadas Widescreen</p> <p>DRIVER ÓPTICO: Interface SATA, Velocidade de Leitura Máxima: DVD 16x, CD 48x, Velocidade de Gravação Máxima: DVD-R 24x, DVD+R 24x, DVD-RW 6x, dvd+RW 8x, DVD-R DL 12x, DVD+R9 12x, DVD-RAM 12x, CD-R 48x, CD-RW 32x, Cor Preto.</p> <p>PLACA DE REDE WIRELESS: Suporte aos padrões 802.11 a/b/c/g/n/ac; Suporte a WPA/WPA PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit; Operar na faixa de frequência: 2.400 a 2.483,5 e 5 Ghz;</p> <p>DISCO DE ARMAZENAMENTO SSD: Capacidade de 500 Gb mínima;</p> <p>FONTE DE ENERGIA: 500W Real que suporte o equipamento, Semi modular 41,62, Cooler 120mm, 80 Plus,</p> <p>GABINETE: Duto de ar lateral, cor predominante preta, Baías: 2 x 5.25 Externa / 2 x 3.5 Interna HDD 3 X 2.5 Interna SSD, Placa mãe: cor do gabinete, resolução de movimento 1000 DPI, Cabo de 1,8 m, preto, Caixas de Som; Teclado USB, na cor do gabinete, teclas de acesso rápido multimídia e ABNT2 .</p> <p>SISTEMA OPERACIONAL: Windows 10 PRO.</p> <p>Garantia de 36 MESES equipamento novo</p>		
COTA PRINCIPAL			
02	<p>CATMAT 483766</p> <p>COMPUTADOR (DESKTOP - BÁSICO) CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS CONFORME ANEXO DO DIRTÍ – FNDE</p> <p>PROCESSADOR Frequência: 2.90 GHz (Max Turbo 4.30 GHz), 64 Bits, Cache: 12MB; Velocidade do barramento: 8 GT/, TDP: 65W.</p> <p>Deve atingir o índice de, no mínimo, 12000 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php;</p> <p>PLACA MÃE: compatível com o processador, Padrão: ATX ou Micro ATX, Saída Gráfica: VGA (D-Sub) e HDMI, Memória: 2 DIMMs, DDR4 2666/2400/2133MHz, Suporta até 32 GB de memória, Áudio com 8 canais.</p> <p>Rede: 1 porta RJ-45 Gibagit. Slot: 1 PCI Express 3.0/2.0 x16; 2 PCI Express 3.0/2.0 x1.</p> <p>INTERFACE DE ARMAZENAMENTO: 1 conector M.2, 4 conectores SATA 6Gb/s. Portas USB: 2 portas USB 3.2, 4 portas USB 20/1.1; 1 conector PS/2.</p> <p>MEMÓRIA: 1 pente de memória, Capacidade e: 8GB, Tecnologia DDR4, Velocidade de Frequência: 2666MHz. Dissipador de calor.</p> <p>MONITOR LED Full HD (1920x1080 60Hz) 18,5 polegadas Widescreen</p> <p>DRIVER ÓPTICO: Interface SATA, Velocidade de Leitura Máxima:</p>	UN	218

	<p>DVD 16x, CD 48x, Velocidade de Gravação Máxima: DVD-R 24x, DVD+R 24x, DVD-RW 6x, dvd+RW 8x, DVD-R DL 12x, DVD+R9 12x, DVD-RAM 12x, CD-R 48x, CD-RW 32x, Cor Preto.</p> <p>PLACA DE REDE WIRELESS: Suporte aos padrões 802.11 a/b/c/g/n/ac; Suporte a WPA/WPA PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit; Operar na faixa de frequência: 2.400 a 2.483,5 e 5 Ghz;</p> <p>DISCO DE ARMAZENAMENTO SSD: Capacidade de 500 Gb mínima;</p> <p>FONTE DE ENERGIA: 500W Real que suporte o equipamento, Semi modular 41,62, Cooler 120mm, 80 Plus,</p> <p>GABINETE: Duto de ar lateral, cor predominante preta, Baías: 2 x 5.25 Externa / 2 x 3.5 Interna HDD 3 X 2.5 Interna SSD, Placa mãe: cor do gabinete, resolução de movimento 1000 DPI, Cabo de 1,8 m, preto, Caixas de Som; Teclado USB, na cor do gabinete, teclas de acesso rápido multimídia e ABNT2 .</p> <p>SISTEMA OPERACIONAL: Windows 10 PRO.</p> <p>Garantia de <u>36 MESES</u> equipamento novo</p>		
--	--	--	--

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Com o escopo de promover uma educação de qualidade aos alunos da Rede Municipal de Ensino e de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, o Município, entidade pertencente à Administração Pública Direta, tem o dever de garantir e prover uma educação de qualidade aos seus usuários.

Desta forma, todo aluno de escola pública tem direito a frequentar uma unidade escolar com condições mínimas de infraestrutura em cumprimento aos ditames e princípios constitucionais.

Ademais, a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que dita às normas da Educação Brasileira, em seu artigo 4º, item VIII, aponta que “o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.”

A Pandemia do Corona vírus nos evidenciou os problemas e acentuou as desigualdades sociais existentes em nosso país. A falta de acesso a internet e aos meios de ensino remoto, em um cenário onde quase todas as escolas optaram por aulas online, contribuiu para que muitas crianças e jovens ficassem sem aulas nos anos de 2020/2021, já que 47 milhões de pessoas não têm acesso à internet, segundo estudo do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

De acordo com a UNICEF, entre os estados brasileiros que adotaram o ensino remoto, apenas 15% distribuíram dispositivos aos alunos, e menos de 10% subsidiaram o acesso à internet. Como

consequência, 3,7 milhões de estudantes matriculados não tiveram acesso a atividades escolares e não conseguiram estudar em casa.

Esses reflexos foram vistos nas primeiras avaliações diagnósticas de desempenho dos estudantes. Estudos mostraram que a pandemia provocou um grande estrago na aprendizagem.

A longo prazo, face aos fatos expostos, o Brasil corre o risco de regredir duas décadas no acesso à educação. Os dados são de uma pesquisa do UNICEF, órgão da ONU (Organização das Nações Unidas) para a infância e do CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária).

Nesse sentido a aquisição dos computadores se dá de forma a corroborar com o acima exposto, pois é impossível a realização dos trabalhos pedagógicos e administrativos da Unidade Escolar sem esse aporte tecnológico. Além disso, o efetivo uso de recursos pedagógicos oferece aos professores e alunos a oportunidade de desenvolver o processo de ensino e de aprendizagem.

O quantitativo dos 230 computadores foi baseado no cadastro da iniciativa 29 - Adquirir equipamentos e recursos tecnológicos - Equipamento (COMPUTADOR DESKTOP) no **Plano de Ações Articuladas - PAR - Sistema SIMEC/FNDE** e foi fundamentado em dados do Censo Escolar e por meio de informações da realidade das unidades escolares municipais.

Esclarecemos ainda que caso o valor estimado/contratado ultrapasse o valor pactuado nos termos de compromissos o Município de Nova Friburgo poderá ampliar o valor de contrapartida no intuito de dar continuidade a aquisição.

Além disso, buscou-se repensar a melhoria do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) mediante a realização de atividades que atendam a proposta curricular de cinco unidades de nossa rede de ensino, sendo elas: *E. M. Lafayette Bravo Filho, C M E I Padre Rafael, E. M Rui Barbosa, E. M Patrícia Jonas Sant Anna e E. M. Profº Messias de Moraes Teixeira*, para que sejam escolas prioritárias neste momento. Essas unidades receberão computadores que farão parte de uma política pedagógica a curto, médio e longo prazo, no intuito de melhorarmos o desempenho desses alunos.

Torna-se notório o papel que a esfera competente tem em discutir referências como avanços e mudanças em seu cotidiano educacional, nos mais diversos espaços e níveis de ensino. Portanto, é de fundamental importância equipar, as Unidades Escolares.

Tal aquisição irá suprir de forma imediata, a demanda das Unidades Escolares da Rede Municipal de ensino e será procedida via **PREGÃO ELETRÔNICO**.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão concorrer neste certame as sociedades empresariais e empresários que se enquadrarem nas seguintes situações:

4.1.1 Para os itens da COTA RESERVADA E EXCLUSIVOS, só poderão participar as empresas que estejam enquadradas legalmente na condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, ou que incidam em alguma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

4.1.2 Suspensos temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, ou do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02;

4.1.3 Impedidos de participar da licitação, nos termos do inciso IV, do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

4.1.4 Na forma de cooperativas ou em consórcio de empresas ou grupos de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição;

4.1.5 Sociedades empresariais que estiverem em concordata, em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial.

4.1.6 Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico- financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

4.1.7 Sociedade empresária ou empresário proibido de contratar como Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, §8º, V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);

4.1.8 Empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber

benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);

4.1.9 Que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

4.1.10 Entende-se por “participação indireta” a que alude o artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame da empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importado o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;

4.1.11 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

4.1.12 Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.1.13 Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes das aquisições dos bens descritos no presente Termo de Referência ocorrerão por conta da natureza da despesa, fontes de recursos e programas de trabalhos especificados a seguir:

5.1.1	Elemento de Despesa:	44.90.52 - 01 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos de Informática
5.1.2	Fonte de Recurso:	08 – FNDE 01 – Recursos de Impostos
5.1.3	Programa de Trabalho:	22002.1236100532.139 22003.1236500632.159 22004.1236500722.176

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

CNPJ: 28.606.630/0001-23

ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO,

NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.

De acordo com a resolução Nº 03, de 29 de abril de 2020 que estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica dos Estados, Municípios e Distrito Federal, no âmbito do terceiro ciclo do Plano de Ações Articuladas - PAR, cabe ao Município:

CAPÍTULO IV - DAS RESPONSABILIDADES - Art. 6º *Aos agentes cabem as seguintes responsabilidades:*

III - Municípios, Estados e Distrito Federal:

k) Emitir os documentos comprobatórios das despesas em nome do município, do estado ou do Distrito Federal, com a identificação do FNDE e do PAR e arquivar as vias originais em sua sede, ainda que utilize serviços de contabilidade de terceiros, juntamente com os documentos de prestação de contas, pelo prazo de vinte anos contados da data da aprovação da respectiva prestação de contas ou do julgamento da Tomada de Contas Especial pelo Tribunal de Contas da União – TCU, quando for o caso.

6. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1 O fornecimento será efetuado de forma imediata, contado no máximo 30(trinta) dias após a data de entrega da Nota de Empenho, no endereço abaixo.

ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Rua Herculano Gomes da Silva, nº. 201 - Cep: 28630220 - Km 03 - Córrego D'Antas - Nova Friburgo - RJ.

HORÁRIO DE ENTREGA: De segunda à quinta-feira, das 07:00 às 14 horas.

6.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DA LIQUIDAÇÃO

7.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313/2019 de 10 de outubro de 2019.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313/2019 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

8.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

- 9.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;
- 9.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.1.3 Atestar as notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;
- 9.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;
- 9.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 9.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item da Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;
- 9.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designados;
- 9.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 9.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.4. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 h (vinte e quatro horas) a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.6. Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Educação para representá-la na execução do Contrato;

10.7. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

10.8. Fornecer o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

10.9. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria Municipal de Educação.

10.10. Responsabilizar-se, por qualquer adulteração do material a ser entregue, mesmo que ainda não se faça a análise imediata do produto na hora da entrega.

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos e

sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não havendo prejuízo à execução do objeto pactuado e a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da compra, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

13.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Carlos Veiga da Rocha	990256	Gestor Titular
Gustavo da Silva Martins	105872	Gestor Substituto
Douglas Pereira Martins	62328	Fiscal titular
Fabiana Marreto de Oliveira Dias	105220	Fiscal Substituto

13.3 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

13.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

14.1 O presente documento foi elaborado pelo gestor e responsável técnico da Secretaria Municipal de Educação, que se responsabiliza por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

15.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar a ata ou aceitar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

15.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

15.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

15.3.1 Advertência;

15.3.2 Multa:

15.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

15.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

15.3.2.3 moratórias no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.3.2.4 moratórias no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

15.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

15.5 As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

15.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

17. DA RESCISÃO

17.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Educação o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

17.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão da contratação:

17.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Educação.

17.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Educação.

17.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80 da Lei n.º 8.666/93.

Nova Friburgo, 30 de Setembro de 2022.

<u>Responsável pela elaboração:</u>	<u>Apoio Técnico:</u>
Carlos Veiga da Rocha Mat.990256	Douglas Pereira Martins Mat. 62328

De acordo:

Caroline Moura Klein Secretária Municipal de Educação Mat.: 990953
